

# 5 de junho de 2005 – “MP do Bem”

o ganho de capital, acrescido de multa de ofício e juros de mora, contados desde o segundo mês subsequente ao da celebração do contrato.

Inovou, também, a nova regulamentação no que se refere à inclusão do Fator de Redução do Ganho de Capital Apurado (FR), que entendeu por bem em incluir a fórmula  $1/1,0035^m$ , na qual “m” será representado pelo número de meses entre a aquisição e a alienação do imóvel, acarretando, desta forma, significativa redução no ganho de capitais de imóveis antigos, nos quais o preço de aquisição é muito inferior, quase insignificante, quando comparado ao preço de venda. Tais alterações entram em vigor com a publicação da Medida Provisória.

## II – DO PIS E DA COFINS

Há relevantes alterações também no que tange às contribuições ao PIS e à COFINS incidentes sobre as operações de importação. A inclusão do §5º no artigo 7º da Lei nº 10.865/04 acarreta modificações na composição da base de cálculo dos tributos. Referido dispositivo permite ao contribuinte que não se inclua na base de cálculo do ICMS, para efeitos da apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS incidentes sobre a importação, os valores referentes a quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, nos termos do §4º incluso ao artigo 7º da Lei nº 10865/04, abaixo transcrito:

“§5º Para efeito do disposto no § 4º não se inclui a parcela a que se refere a alínea “e” do inciso V do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.”

Sob outro aspecto, no caso de

locações de imóveis, quando a locatária promover e custear qualquer edificação ou benfeitoria em imóvel de terceiro, poderá, também nessa hipótese, deduzir os créditos de PIS e COFINS para fins de apuração da base de cálculo da CSLL. Tais créditos já eram integralmente descontados na apuração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS. Contudo, a MP do Bem possibilita que sejam abatidos também, a uma alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), da base de cálculo da CSLL. Observe-se que tais créditos podem ser utilizados a partir de 1º de outubro de 2004.

## VI – DOS PRAZOS E RECOLHIMENTOS DO IRRF

A – O imposto deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador, no caso de rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior e a pagamentos a beneficiários não identificados;

B – O imposto deverá ser recolhido até o terceiro dia subsequente ao decêndio da ocorrência dos fatos geradores, nos casos de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, e títulos de capitalização;

C – Até o último dia útil do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, no caso de rendimentos e ganho de capital distribuídos pelos fundos de investimentos imobiliários;

D – Até o último dia do primeiro decêndio, da ocorrência do fato gerador nos demais casos. A partir do mês de dezembro de 2006, os recolhimentos serão efetuados até terceiro dia útil do decêndio subsequente à ocorrência dos fatos geradores ocorridos nos primeiro e segundo decêndios, e até o último dia útil do primeiro decêndio, do mês de

janeiro de 2007, para os fatos geradores ocorridos no terceiro decêndio.

## VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As novas regras terão eficácia a partir da edição de ato disciplinando a matéria, observado, como prazo mínimo:

a) o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória, para a Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS;

b) o primeiro dia do mês de janeiro de 2006, para o IRPJ e a CSLL.

Quanto ao ressarcimento de tributos e Contribuições Federais, destacamos a possibilidade de compensação, de ofício, de créditos relativos a tributos e contribuições federais com débitos do contribuinte perante o INSS. Recentemente, em 21 de julho de 2005 foi promulgada a Medida Provisória nº 258/05 que unificou, para fins de lançamento, fiscalização, administração, normatização e arrecadação de créditos tributários federais, a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social, cujo órgão passou a denominar-se de “Receita Federal do Brasil” – mais detalhes serão objeto de publicação em edição futura.

Estes são, portanto, os principais aspectos que influenciarão nas atividades empresariais de nossos leitores com relação à tributação federal. Sendo o que nos cumpre nesta oportunidade e ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

**Dr. Daniel Rubio Lotti e Dr. Fábio Corrêa Saraiva** são advogados da área tributária da Bueno Barbosa Advogados Associados